



POLÍTICAS CURRICULARES PARA SUPERAÇÃO DA EVASÃO E OS DIREITOS DE CIDADANIA

*Edilene Rocha Guimarães*¹

*Fernanda Guarany Mendonça Leite*²

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO (IFPE), BRASIL

RESUMO

O artigo analisa as políticas curriculares para superação da evasão em sua relação com os direitos de cidadania. Com metodologia quantitativo-qualitativa e fundamento no ciclo de políticas (Ball, 1994), realizou-se análise de conteúdo de documentos, observação participante e aplicação de questionários com estudantes, professores e gestores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – IFPE. Nos resultados discutem-se o contexto da evasão na educação profissional e tecnológica e os efeitos das atuais políticas curriculares para superação da evasão, associados às estratégias da política de controle da qualidade social e às estratégias institucionais para superação da evasão. Conclui-se que a ausência de mecanismos de controle dos fatores externos às instituições tem dificultado a garantia da permanência e conclusão com êxito dos estudantes, como reconhecimento dos direitos de cidadania, enquanto qualidade social e política da educação profissional e tecnológica.

Palavras-chave: políticas curriculares; evasão; direitos de cidadania.

Introdução

A educação baseada na formação cidadã “busca a conscientização da pessoa enquanto sujeito de direito, apoiada nos conhecimentos da ação em favor dos direitos humanos, onde se aprenda a respeitar o ser humano em sua totalidade, em sua liberdade e em sua dignidade, evitando problemas culturais de discriminação, de racismo, de preconceitos, de intolerância e de violência social” (Silva & Tavares, 2011, p. 17).

É nesse sentido que um currículo sensível à diferença é essencialmente inclusivo e assume a preocupação em descobrir formas de tornar possível que todos os alunos adquiram aprendizagens significativas e potenciadoras de novas aprendizagens, “sobretudo as

¹ edileneguimaraes@recife.ifpe.edu.br

² fernandaleite@recife.ifpe.edu.br

aprendizagens consideradas essenciais para o exercício da cidadania” (Guimarães & Pacheco, 2012, p.70).

A pressão dos movimentos sociais pelo reconhecimento dos direitos de identidades sociais tem ampliado a concepção da justiça social, que passou a inserir demandas por respeito às diferenças, considerando simultaneamente as necessidades de acesso à educação escolar dos diversos grupos sociais, com garantia da permanência e conclusão com êxito, como reconhecimento dos direitos de cidadania. Essas mudanças incidem sobre a elaboração e execução das políticas curriculares para a superação da evasão, que passam a considerar os direitos humanos como principal referência em sua formulação, assumindo a perspectiva de defesa da cidadania (Rodrigues & Sierra, 2011).

A relação entre o direito à educação escolar e a democracia fundamenta-se na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – Lei nº 9.394/1996 e no Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, sendo o Estado considerado como provedor desse bem, seja para garantir a igualdade de oportunidades, seja para, uma vez mantido esse objetivo, intervir no domínio das desigualdades (Cury, 2002).

No que se refere à superação das desigualdades, Moreira (2012, p. 191) sugere “que se entenda a escola como espaço formativo para o trabalho, considerando que o trabalho é uma das principais atividades humanas”. Portanto, trata-se de tornar a escola como espaço de reconhecimento dos direitos de cidadania, enquanto campo de preparação para futuras escolhas profissionais, “um espaço de produção de bens, serviços e conhecimentos”.

Considerando-se a escola como espaço formativo, objetivou-se com este trabalho analisar as políticas curriculares para superação da evasão escolar em sua relação com os direitos de cidadania.

Para o aprofundamento teórico do objeto de estudo, buscou-se a discussão presente nos estudos de Detregiachi Filho (2012) e Marcelo Neri (2012), entre outros. Estes autores realizam pesquisas sobre o fenômeno da evasão na educação profissional e tecnológica, contribuindo para a análise do tema.

Na pesquisa de Edson Detregiachi Filho (2012, p. 130), discute-se a evasão escolar na educação tecnológica pública, oferecida no Estado de São Paulo, por meio de cursos superiores de tecnologia, observando-se o ponto de vista de estudantes, coordenadores de curso e docente. O autor destaca que:

ao alcançarem esse novo patamar em sua trajetória de qualificação profissional, os alunos se deparam com dificuldades de ordem estrutural do sistema, ou seja, a deficiência na educação básica, além das dificuldades históricas inerentes à educação

profissional, como a dupla jornada – estudo e trabalho – dificultando ao máximo o desenvolvimento de atividades acadêmicas necessárias. Essa dupla transferência de responsabilidades para os alunos aponta a incoerência do sistema, ressaltando suas contradições, gerando ações que conduzem à desistência do curso, ou seja, à evasão escolar.

Portanto, com base nos resultados dessa pesquisa, considera-se que há circunstâncias que interferem diretamente sobre o desempenho discente, especialmente quanto a qualidade da formação escolar prévia e a dupla jornada de estudo e trabalho.

Já a pesquisa coordenada por Marcelo Neri (2012, p. 57), estuda as motivações de estudantes de 15 a 17 anos de idade para evasão escolar. As conclusões apontam que as regiões com maiores oportunidades são as que mais atraem os jovens para fora da escola. Ou seja, a taxa de evasão escolar é maior nas regiões mais ricas do Brasil, como nas cidades de São Paulo e Porto Alegre.

A combinação da demanda agregada de trabalho – captada por anos de aquecimento da demanda ou metrópoles mais ricas – com a necessidade individual de adolescentes pobres suprirem sua renda – filhos de mães sem instrução ou de pais que perdem o emprego – gera as maiores taxas de abandono escolar. Ou seja, a evasão escolar é pior quando se junta à oportunidade de trabalho com a carência de renda.

A pesquisa indica que um dos aspectos importante da evasão está relacionado com a dificuldade de conciliar oportunidades de trabalho e estudo com a frequência escolar.

Nos procedimentos teórico-metodológicos, considera-se o argumento que as orientações de uma política são decididas através de um ciclo constituído por contextos interligados de forma não-hierárquica (Bowe, R., Ball, S. & Gold, A., 1992), segundo ciclo de políticas defendido por Ball (1994) em cinco contextos: contexto de influência, contexto da produção de texto, contexto da prática, contexto dos resultados/efeitos e contexto da estratégia política. Esses contextos formam um ciclo contínuo produtor de políticas sempre sujeitas aos processos de recontextualização, os quais são produtores de discursos híbridos.

Os textos são recontextualizados nesses múltiplos contextos, produzindo discursos ambíguos nas políticas educativas e, especificamente, nas políticas curriculares (Bauman, 1999; Lopes, 2005).

Destaca-se neste trabalho o quarto contexto do ciclo de políticas – o contexto dos resultados ou efeitos – no qual há uma preocupação com questões de justiça, igualdade e liberdade individual, como também, o quinto contexto da estratégia política, que envolve a identificação de um conjunto de atividades sociais e políticas que seriam necessárias para lidar com as desigualdades criadas ou reproduzidas pela política (Ball, 1994).

Ball (1994) apresenta ainda a distinção entre efeitos de primeira ordem e de segunda ordem. Os efeitos de primeira ordem referem-se a mudanças na prática ou na estrutura e são

evidentes em lugares específicos ou no sistema como um todo. Os efeitos de segunda ordem referem-se ao impacto dessas mudanças nos padrões de acesso social, oportunidade e justiça social.

Compreende-se que os efeitos de primeira ordem e de segunda ordem são fortalecidos pela descentralização da política e têm como vetor principal a “territorialização da decisão, isto é, o reconhecimento de que os territórios são recursos instrumentais para a democratização e a eficiência” (Pacheco, 2000, p. 143). Compreende-se, também, que territorializar é considerar a multiplicidade de atores, observar a complexidade e interdependência das estruturas e permitir a existência de diversos discursos. Nas práticas curriculares, territorializar é percorrer os caminhos seguidos por cada escola ou região de modo a que se chegue a uma autêntica territorialização do ensino.

No entendimento dos efeitos de primeira ordem e de segunda ordem provocados pela política e do contexto da estratégia política, segue-se as orientações metodológicas de Mainardes (2006, p. 60):

A análise do contexto dos resultados/efeitos pode envolver a análise de dados estatísticos, dados de avaliação do desempenho de alunos e outros dados; a aplicação de testes; entrevistas etc. No entanto, a questão essencial do contexto dos resultados/efeitos e do contexto da estratégia política é a reflexão profunda sobre questões conjunturais e sobre as desigualdades sociais que são criadas ou reproduzidas pela política ou pelo programa, e que somente podem ser detectadas pela pesquisa criteriosa do contexto da prática por meio de observações prolongadas, entrevistas ou pesquisa etnográfica.

Para analisar os efeitos das políticas curriculares para superação da evasão no âmbito institucional, escolheu-se como campo da pesquisa o Campus Recife do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – IFPE, por ter este Instituto passado por auditorias externas em 2011-2012 e 2014-2015, realizadas pela Controladoria Regional da União no Estado de Pernambuco (CGU-Regional/PE) com foco nos dados para controle da evasão.

Teve-se como base uma metodologia quantitativo-qualitativa, com utilização de dados estatísticos sobre evasão na educação profissional e tecnológica, bem como dados de análise documental, cujo corpus foi constituído por documentos das políticas curriculares para superação da evasão, relatórios de órgãos brasileiros de controle, normativos institucionais, além de observação participante, realizada de forma prolongada e registros em Caderno de Notas no período de 2012 a 2016, e aplicação de questionários com estudantes, professores e gestores educacionais (Mainardes, 2006).

Na análise dos dados a principal técnica de tratamento utilizada foi a análise de conteúdo de natureza explicativa, nos fundamentos em Bardin (1979) e no modo como é proposto por Esteves (2006, p. 108).

A análise de conteúdo, em nosso entender, sem deixar de ser uma “descrição com

regras”, prossegue com a realização de inferências pelo investigador, inferências essas que, por se apresentarem com um fundamento explícito, possam ser questionadas por outros, e possam ser corroboradas ou contrariadas por outros procedimentos de recolha e de tratamento de dados, no quadro de uma mesma investigação ou de investigações sucessivas (Esteves, 2006, p. 108).

Dentre as técnicas da análise de conteúdo, optou-se pela análise de conteúdo temática, utilizando procedimentos abertos para categorização dos dados, em obediência aos princípios de: exclusão mútua; homogeneidade; exaustividade; pertinência; produtividade e objetividade. “Nos casos que tenha recorrido a um procedimento aberto para a categorização dos dados, importa muitas vezes começar por destacar quais os quadros de referência emergentes do material e relativos a um determinado objecto” (Ibid., p. 120).

No tratamento dos dados considerou-se o contexto da evasão na educação profissional e tecnológica e os efeitos das atuais políticas curriculares para superação da evasão, associados às estratégias de controle da qualidade social e às estratégias institucionais para superação da evasão.

O Contexto da Evasão na Educação Profissional e Tecnológica

A evasão de estudantes tem se evidenciado no Brasil em todos os níveis e redes de ensino, gerando responsabilização governamental e institucional pelas vagas públicas abertas. A situação social desses estudantes é grave, pois se evadem na busca pela inserção prematura no mercado de trabalho, em ocupações que exigem baixo nível de escolaridade e qualificação profissional, ficando sujeitos a uma remuneração inferior devido à interrupção da escolaridade.

Neste contexto, considera-se que os estudantes que assumem dupla jornada – estudo e trabalho –, enfrentam dificuldades de ordem estrutural do sistema educativo brasileiro, no que se refere à articulação da educação básica com a educação profissional, que têm dificultado o desenvolvimento de atividades escolares, que os conduzem à desistência do curso (Detregiachi Filho, 2012).

Sabe-se que existem fatores individuais, internos e externos às instituições, que motivam a evasão. Os fatores individuais destacam aspectos peculiares às características do estudante. Já os fatores internos às instituições são problemas relacionados à infraestrutura, ao currículo, a gestão administrativa e didático-pedagógica da instituição, bem como outros fatores que desmotivam e conduzem o aluno a evadir do curso. Quanto aos fatores externos às instituições, relacionam-se às dificuldades financeiras do estudante de permanecer no curso e às questões inerentes à futura profissão. Os indicadores dos fatores estão detalhados na Quadro 1.

Fatores Individuais	Fatores Internos	Fatores Externos
<ol style="list-style-type: none"> 1. adaptação à vida acadêmica; 2. capacidade de aprendizagem e habilidade de estudo; 3. compatibilidade entre a vida acadêmica e as exigências do mundo do trabalho; 4. descoberta de novos interesses ou novo processo de seleção; 5. encanto ou motivação com o curso escolhido; 6. escolha precoce da profissão; 7. qualidade da formação escolar anterior; 8. informação a respeito do curso; 9. outras questões de ordem pessoal ou familiar; 10. participação e envolvimento em atividades acadêmicas; 11. personalidade; 12. questões de saúde do estudante ou de familiar; 13. questões financeiras do estudante ou da família. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. atualização, estrutura e flexibilidade curricular; 2. cultura institucional de valorização da docência; 3. existência e abrangência dos programas institucionais para o estudante (assistência estudantil, iniciação científica, monitoria); 4. formação do professor; 5. gestão acadêmica do curso (horários, oferta de disciplinas etc.); 6. gestão administrativa e financeira da unidade de ensino; 7. inclusão social e respeito à diversidade; 8. infraestrutura física, material, tecnológica e de pessoal para o ensino; 9. motivação do professor; 10. processo de seleção e política de ocupação das vagas; 11. questões didático-pedagógicas; 12. relação escola-família. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. avanços tecnológicos, econômicos e sociais; 2. conjuntura econômica e social; 3. oportunidade de trabalho para egressos do curso; 4. políticas governamentais para a educação profissional e tecnológica e para a educação superior; 5. questões financeiras da instituição; 6. reconhecimento social do curso; 7. valorização da profissão.

Quadro 1. Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Ministério da Educação, Brasília: SETEC/MEC. Fonte: Brasil (2014).

Visando entender os motivos da evasão no IFPE, aplicou-se questionário com estudantes evadidos no período de 2011 a 2012, os quais foram enviados aos e-mails pessoais de aproximadamente 1000 estudantes. A metodologia da pesquisa consistiu na leitura, consolidação e análise de 121 questionários respondidos por estudantes em situação de evasão com o convite: “O IFPE quer saber sobre você”. Buscou-se levantar, entre as causas internas que levaram à evasão, os aspectos especialmente relacionados às questões de currículo, ensino e aprendizagem (Leite & Guimarães, 2015, p. 135).

Na análise dos dados colhidos dos questionários aplicados com os estudantes, identificou-se a existência de fatores extra e intraescolares que influenciam na evasão. Entre os fatores extraescolares, listam-se: 1) problemas de deslocamento e transporte; 2) conflito de horários; 3) questões pessoais (saúde, problemas familiares, situações adversas); entre outros. Em relação aos fatores intraescolares que influenciam a evasão, destacam-se: 1) relação

professor-aluno; 2) grau de dificuldade de atividades e provas; 3) reprovações; 4) qualidade das aulas; 5) uso do tempo pedagógico; 6) critérios de avaliação docente; 7) falta de articulação entre teoria e prática; entre outros.

Os dados quantitativos mostram a evolução da taxa de evasão e retenção por curso técnico de nível médio ofertado pelo Campus Recife do IFPE, no período de 2011 a 2013, com destaque para cursos com taxa de evasão média abaixo de 15%, mas com taxa de retenção média entre 18% e 34%, o que demonstra que a retenção tem sido o motivo principal da evasão, repercutindo ainda sobre a dificuldade de conclusão com êxito (Quadro 2).

Nome do Curso	Forma de Oferta	Taxa de Evasão				Taxa de Retenção			
		2011	2012	2013	Média	2011	2012	2013	Média
Edificações	Integrada Idade própria	3,64%	5,52%	7,29%	5%	18,28%	23,55%	14,31%	19%
Edificações	Subsequente	7,96%	9,79%	6,44%	8%	16,07%	16,51%	21,82%	18%
Eletrônica	Integrada Idade própria	7,18%	8,06%	1,67%	6%	24,10%	26,04%	25,76%	25%
Eletrônica	Subsequente	13,91%	10,67%	11,34%	12%	17,46%	28,09%	35,02%	27%
Eletrotécnica	Integrada Idade própria	4,61%	7,68%	3,43%	5%	47,21%	28,35%	31,94%	36%
Eletrotécnica	Subsequente	7,97%	11,18%	8,21%	9%	24,32%	19,88%	35,88%	27%
Eletrotécnica	Integrada EJA (PROEJA)	8,01%	4,67%	5,88%	6%	29,97%	32,43%	8,82%	24%
Mecânica	Integrada Idade própria	5,88%	7,67%	4,49%	6%	25,39%	24,60%	25,39%	25%
Mecânica	Subsequente	9,80%	11,29%	6,67%	9%	23,01%	16,39%	27,95%	22%
Mecânica	Integrada EJA (PROEJA)	5,35%	9,09%	5,49%	7%	20,74%	34,85%	21,98%	26%
Química	Integrada Idade própria	4,15%	7,17%	3,56%	5%	21,63%	24,61%	25,32%	24%
Química	Subsequente	9,03%	8,36%	8,49%	9%	24,66%	10,42%	31,67%	22%
Refrigeração e Climatização	Subsequente	8,76%	8,99%	6,93%	8%	28,81%	24,76%	26,24%	27%
Refrigeração e Climatização	Integrada EJA (PROEJA)	5,57%	5,99%	7,36%	6%	29,97%	19,16%	21,78%	24%
Saneamento	Integrada Idade própria	8,47%	10,25%	11,39%	10%	22,67%	12,43%	28,78%	21%
Saneamento	Subsequente	2,74%	4,86%	4,96%	4%	48,03%	21,88%	30,98%	34%
Telecomunicações	Subsequente	11,42%	7,65%	0,00%	6%	21,24%	19,08%	42,25%	28%

Quadro 2. Taxa de Evasão e Retenção por Curso Técnico de Nível Médio – Campus Recife do IFPE. Fonte: Diagnóstico de Evasão e Retenção do IFPE 2011-2013, em resposta ao Ofício Circular nº 153/2013 - DPE/SEREC/MEC.

Nos questionários aplicados com gestores educacionais através do Diagnóstico de Evasão e Retenção do IFPE 2011-2013, em resposta ao Ofício Circular nº 153/2013-DPE/SEREC/MEC, os sujeitos apresentaram causas recorrentes e as estratégias para superação da evasão (Quadro 3).

Causas recorrentes da EVASÃO	Estratégias para superação da EVASÃO
Aprovação em curso superior	***
Aulas ministradas de forma muito rápida e dificuldade em acompanhar o curso	Formação pedagógica aos docentes e orientações para um melhor desenvolvimento das aulas
Aulas vagas	Oferta de Componentes Curriculares ministradas em módulos
Déficit de aprendizagem	Oferta do PROIFPE Acesso e Permanência
Dificuldade de adaptação com o novo sistema de ensino	Atendimento psicopedagógico a fim de promover a integração dos estudantes
Dificuldade em administrar trabalho e estudos	***
Dificuldade para aprendizagem dos conteúdos	Oferta de atividades de reforço escolar
Falta de aulas práticas	Promoção de aulas práticas em outros campi
Falta de base nas disciplinas da área de exatas	Atendimento com monitores e com estagiários
Falta de base que dificulta o aprendizado	Oferta do PROIFPE Acesso e permanência
Falta de docentes	Remoção de docentes de outros campi
Falta de identificação com o curso escolhido	Apresentação ao aluno do funcionamento do curso, sua proposta curricular e formas de atuação como técnicos
Falta de interesse e motivação dos estudantes	Acompanhamento da equipe multiprofissional (pedagogo, psicólogo e assistente social) e parcerias com empresas para estágio
Falta de tempo para estudar, pois boa parte dos nossos alunos trabalham	***
Frustração com suas expectativas em relação ao curso	Oferta de minicursos, visitas técnicas e outras atividades que possam promover o interesse pelo curso.
Muitas disciplinas para alunos com dificuldades de aprendizagem e sem base e carga horária elevada por ano letivo	Reestruturação dos Projetos Pedagógicos de Cursos, com redefinição da carga horária total
Não adaptação ao curso em tempo integral	Reestruturação dos Projetos Pedagógicos de cursos, com redefinição da carga horária total
O curso não é o que o aluno esperava ao se matricular.	Publicização dos Projetos Pedagógicos de Cursos e das modalidades e formas como os cursos são ofertados
Problemas Pessoais	Encaminhamento do aluno para aconselhamento pedagógico, psicológico e/ou de assistência social
Retenção	Oferta de Programa de Aceleração de Estudos (PAE) para cumprimento dos componentes curriculares em dependência
Ser chamado para um emprego no horário escolar	Demonstrar ao estudante que com a sua formação concluída, as possibilidades no campo profissional serão ampliadas

Quadro 3. Causas recorrentes e estratégias para superação da evasão. Fonte: Diagnóstico de Evasão e Retenção do IFPE 2011-2013, em resposta ao Ofício Circular nº 153/2013 -DPE/SEREC/MEC.

Os dados dos questionários foram discutidos em reuniões com os gestores educacionais, como resultado da elaboração do Diagnóstico de Evasão e Retenção do IFPE 2011-2013. A

análise de conteúdo dos registros da observação participante dessas reuniões permitiu concluir que a evasão não é um fenômeno de causas facilmente compreensíveis nem únicas, mas existe um conjunto de estratégias como medidas propositivas que a escola precisa tomar, para garantir a permanência e conclusão com êxito dos estudantes, como reconhecimento dos direitos de cidadania.

Efeitos das Políticas Curriculares para Superação da Evasão

No que tange ao entendimento dos fenômenos de evasão e retenção na oferta da educação profissional e tecnológica e à adoção de estratégias para superação, foi instituído, por meio da Portaria nº 39-SETEC/MEC, de 22 de novembro de 2013, um Grupo de Trabalho, composto por representantes da Rede Federal e da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério de Educação (MEC), com o propósito de sistematizar um documento orientador com subsídios para o planejamento de ações para o enfrentamento do fenômeno da evasão e da retenção.

Como resultado das atividades desse Grupo de Trabalho, o Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, Ministério da Educação, 2014, definiu conceitos, indicadores e orientações para elaboração de planos estratégicos de intervenção e monitoramento para superação da evasão e retenção por instituição (Brasil, 2014).

O IFPE instituiu sua Política Institucional para Superação da Evasão através da Resolução nº 063-CONSUP/IFPE, de 01 de outubro de 2013, que aprovou o Documento Regulamentador do Programa de Acesso, Permanência e Êxito do IFPE (PROIFPE), o qual considera a educação como direito de cidadania, contemplando ações que envolvem práticas cidadãs e inclusivas.

O PROIFPE foi elaborado a partir de debates em reuniões do Fórum Temático e tomou como referência ações de apoio ao estudante já desenvolvidas no IFPE. O Programa tem como princípio a intensificação das ações afirmativas que possibilitam ao estudante ingressar, permanecer e obter êxito, dando-lhe condições de inserir-se e manter-se no mundo produtivo, através dos saberes humanístico, científico e tecnológico construídos na sua formação permanente (Brasil, CONSUP/IFPE, 2013).

Os princípios pedagógicos que fundamentam o PROIFPE remetem a eixos estruturadores que dão sustentabilidade ao processo de ensino-aprendizagem e possibilitam a materialização do desenvolvimento integral, formando o estudante com ênfase no exercício da cidadania e no futuro profissional. Esses eixos são: 1) articulação da educação à prática social e ao mundo do trabalho; 2) relação teoria e prática; 3) atuação de forma integral no exercício da cidadania; 4) articulação adequada dos processos científicos e tecnológicos aos processos produtivos; 5) formação de autonomia intelectual e pensamento crítico; 6) flexibilidade frente às novas condições de ocupação no mundo do trabalho (Ibid.).

Através da análise de conteúdo dos registros da observação participante das reuniões do Fórum Temático PROIFPE e da Resolução nº 063/2013-CONSUP/IFPE, pode-se concluir que para a superação da evasão o ambiente mais favorável à aprendizagem é o interdisciplinar, pois essa prática contribui para a formação simultânea do estudante nos aspectos teórico, técnico e prático, pluralista e crítico, o que implica uma qualidade social e política no exercício da cidadania.

As Estratégias de Controle da Qualidade Social e Política

No que se refere ao controle, destaca-se no Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, a Meta 11: triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público. Especificamente, a Estratégia 11.11, elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos técnicos de nível médio na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica para 90% (noventa por cento) e elevar, nos cursos presenciais, a relação de alunos (as) por professor para 20 (vinte); e seus efeitos no contexto da prática quanto à superação da evasão e os direitos de cidadania.

Com base nestes indicadores de qualidade social e política, presentes na Estratégia 11.11 do PNE 2014-2024, o IFPE tem passado por auditorias externas realizadas pelos órgãos brasileiros de controle, visando acompanhar a elevação da taxa de conclusão média dos cursos técnicos de nível médio (90%) e da relação de estudantes por professor (20/1).

O Acórdão nº 506/2013-TCU, referente à auditoria realizada no período de 2011 a 2012, do Tribunal de Contas da União, TC 026.062/2011-9, no grupo focal com professores realizado durante vista ao Campus Recife do IFPE, identificou que: “o desconhecimento dos alunos a respeito do conteúdo dos cursos é um dos motivos para o alto índice de desistência. Segundo os docentes, não há políticas de divulgação de informações sobre os cursos ou de orientação vocacional aos interessados” (Brasil, TCU, 2013, p. 17).

Em suas conclusões o Acórdão nº 506/2013-TCU, recomenda que se institua plano voltado ao tratamento da evasão que contemple: a) levantamento de dados de variáveis que permitam identificar alunos com maior propensão de evasão; b) inserção nos Termos de Acordos de Metas e Compromissos de indicadores de evasão, retenção e conclusão, desagregados para diferentes modalidades de cursos (Médio Integral, Licenciatura etc); c) análise quanto à viabilidade de adequação dos critérios PNAES ou de normatização/regulamentação de outras linhas de assistência estudantil voltadas ao atendimento de alunos com risco de evasão; d) garantia de alocação de profissionais para realizar o acompanhamento escolar e social de alunos nos Campi; e) o fomento à participação de alunos em programas de reforço escolar, assim como a sua participação como tutores e monitores (Ibid., p. 21).

Em 2014, a Controladoria Regional da União no Estado de Pernambuco (CGU-Regional/PE) realizou nova auditoria no IFPE. O Relatório de Avaliação dos Resultados da Gestão, RA nº 201411556/2014 - CGU-Regional/PE, constatou no IFPE “um aumento anual contínuo de vagas ofertadas entre 2011 e 2014, de 4.086 para 7.882 vagas”, acrescentando “que a taxa de evasão em 2013 foi de 7,77% (1.369 estudantes) e a taxa de retenção foi de 11,47% (2.022 estudantes)” (Brasil, CGU-Regional/PE, 2014, p. 36).

O Relatório de Avaliação destacou, também, que o IFPE disponibilizou um estudo sobre as causas internas de evasão e após a análise dos dados, conclui que: “dada a relevância e predominância das causas de evasão classificadas no estudo como externas, sugere-se que os gestores e os pesquisadores considerem a hipótese não só de interação entre causas internas e externas e os critérios de classificação adotados, mas também a possibilidade de identificação e implementação de estratégias e ações institucionais capazes de mitigar os efeitos destas causas externas sobre a evasão escolar” (Ibid., p. 42).

A análise do conteúdo dos documentos, Acórdão nº 506/2013-TCU e RA nº 201411556/2014 - CGU-Regional/PE, permite concluir que as causas externas superam as causas internas da evasão no IFPE. Nesse sentido, concordamos que “o estudo e a intervenção sobre as causas externas de evasão representam oportunidade de melhoria dos resultados da gestão” (Brasil, CGU-Regional/PE, 2014, p. 42) e do controle da qualidade social e política da educação profissional e tecnológica.

As Estratégias Institucionais para Superação da Evasão

Com vistas a elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos técnicos de nível médio para 90% (noventa por cento) e elevar, nos cursos presenciais, a relação de estudantes por professor para 20 (vinte), o IFPE vem desenvolvendo um Plano Institucional Estratégico para Permanência e Êxito, iniciado em suas primeiras ações direcionadas para superação da evasão em sua relação com os direitos de cidadania.

O Plano Institucional Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) - 2016, foi resultado de um esforço de trabalho coletivo, desenvolvido pela Pró-Reitoria de Ensino e a Coordenação de Apoio a Gestão Acadêmica desde 2012, com os primeiros estudos, questionários e artigos publicados e discutidos em fóruns e congressos relacionados ao tema da evasão, tanto interna como externamente. Com a subsequente contribuição da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação (MEC), a partir da publicação do Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Brasil, 2014), o trabalho de pesquisa e de tratamento de dados quantitativos e qualitativos foi melhor orientado e distribuído entre os pares, envolvendo mais diretamente os diversos Campi e a Educação a Distância (EaD) do IFPE.

Posteriormente, instituiu-se a Comissão Responsável pela Elaboração do Plano Institucional Estratégico para a Permanência e Êxito dos Estudantes (Comissão Institucional), pela Portaria nº 0348/2015-GR/IFPE, de 02 de março de 2015, e Portaria nº 1.378-GR/IFPE, de 10 de setembro de 2015. Desde então, foram formadas as comissões locais por Campus e Educação a Distância (EaD), tendo como metodologia a realização de Reuniões Sistemáticas, das quais participamos e registramos as observações no Caderno de Notas, com o objetivo de pacificação de conceitos, levantamento atualizado dos dados quantitativos e qualitativos e a elaboração das estratégias e metas a serem consolidadas no Plano Institucional.

Para elaboração do documento final, foram construídos diagnósticos quantitativo e qualitativo por curso e Campus da Instituição. No diagnóstico quantitativo, foram levantadas e informadas as taxas de evasão e de retenção conforme os critérios elencados no Ofício-Circular nº 60/2015- DDR/SETEC/MEC.

Após o estudo dos dados quantitativos, nas reuniões da Comissão Institucional, iniciou-se a construção dos dados qualitativos. O diagnóstico qualitativo foi elaborado em três etapas, a saber:

1) Quadro-Síntese de possíveis causas de evasão indicadas pelos estudantes. A pergunta formulada aos estudantes foi: Que motivos tem prejudicado seus estudos e presença nas aulas? A intenção foi detectar os maiores fatores de risco de evasão apontados por eles.

2) Indicadores informados pelo segmento dos Gestores: Principais causas de evasão e retenção dos estudantes no Campus.

3) Indicadores informados pelo segmento docente: Quadro-Síntese de possíveis causas de evasão e retenção indicadas pelos colegiados de curso.

A título de esclarecimento, os questionários aplicados em 2015 com os estudantes pela Comissão Institucional, originaram as tabelas apresentadas abaixo, as quais foram elaborados trazendo uma diversidade de Fatores Individuais (Tabela 1), Internos (Tabela 2) e Externos (Tabela 3). Destes, cada respondente indicou se o fator apresentado era indiferente, pouco importante, importante ou muito importante. Com os dados obtidos, foram elaboradas as tabelas contendo apenas os cinco itens com o maior percentual de respostas “Muito Importante”. Os demais itens de menor importância foram eliminados, para que a partir destes fosse possível elaborar o Plano Institucional Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes.

Sobre as possíveis causas de evasão entre os estudantes, os resultados foram os seguintes (Tabelas 1, 2 e 3):

Fatores Individuais	Indiferente	Pouco importante	Importante	Muito importante	Sem resposta
Dificuldade financeira pessoal ou familiar	24%	18%	24%	32%	2%
Dificuldade para realização do estágio	36%	18%	22%	23%	1%
Falta de tempo para se dedicar aos estudos	31%	23%	24%	21%	1%
Descoberta de novos interesses	42%	16%	20%	20%	2%
Saúde pessoal	53%	14%	14%	17%	2%

Tabela 1. Fatores Individuais da evasão segundo os estudantes. Fonte: Plano Institucional Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes do IFPE - 2016, em resposta ao Ofício-Circular nº 60/2015-DDR/SETEC/MEC.

Fatores Internos	Indiferente	Pouco importante	Importante	Muito importante	Sem resposta
Falta de regularidade no pagamento de bolsas	45%	11%	17%	26%	1%
Falta de infraestrutura da instituição (laboratórios, biblioteca, etc)	39%	18%	20%	23%	0%
Greves de servidores (professores ou funcionários)	48%	16%	14%	21%	1%
Dificuldade com metodologias de ensino	28%	27%	25%	18%	1%
Falta de acesso a programas de assistência estudantil	46%	21%	16%	17%	0%

Tabela 2. Fatores Internos da evasão segundo os estudantes. Fonte: Plano Institucional Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes do IFPE - 2016, em resposta ao Ofício-Circular nº 60/2015-DDR/SETEC/MEC.

Fatores Externos	Indiferente	Pouco importante	Importante	Muito importante	Sem resposta
Dificuldade de deslocamento ou de transporte para frequência às aulas	31%	18%	21%	29%	1%
Situação econômica e social da região	37%	18%	22%	23%	0%
Remuneração da profissão	42%	16%	19%	22%	1%
Greves interferindo na frequência às aulas (transporte público, polícia)	44%	17%	17%	21%	1%
Reconhecimento social da profissão	44%	15%	19%	21%	1%
Oportunidade restrita para realização do estágio	47%	14%	19%	19%	1%

Tabela 3. Fatores Externos da evasão segundo os estudantes. Fonte: Plano Institucional Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes do IFPE - 2016, em resposta ao Ofício-Circular nº 60/2015-DDR/SETEC/MEC.

No que se refere às Principais Causas de Evasão e Retenção indicadas pelo segmento dos gestores, destacam-se:

- falta de conhecimento ou motivação com o curso escolhido;
- questões de saúde do estudante ou de familiar;
- questões financeiras do estudante ou da família;
- incompatibilidade entre a vida acadêmica e as exigências do trabalho;
- descoberta de novos interesses ou novo processo de seleção;
- questões didáticos-pedagógicas;
- conjuntura econômica e sócia; 8) dificuldade com transporte.

Quanto às Medidas de Intervenção propostas pelo segmento dos gestores listam-se:

- ampliação dos programas vinculados ao PROIFPE (acesso, permanência e êxito);
- realização de análises estatísticas e análises qualitativas do problema;
- acompanhamento dos alunos que estão na fase final do curso, na etapa de elaboração e entrega do relatório final de Prática Profissional e de Estágio, com o intuito de que eles consigam concluir o curso;
- acompanhamento em tempo real da frequência dos alunos no intuito de identificar os motivos das faltas;
- constituição e formação da equipe pedagógica para estabelecimento do trabalho de acompanhamento;
- constituição e legitimação de conselhos escolares e colegiados de cursos para apoio/envolvimento dos diversos segmentos da comunidade escolar;
- contato com os alunos com faltas consecutivas em duas semanas;
- criação de uma planilha, por turma, de acompanhamento de faltas;
- discussão sobre a ampliação do Programa de Assistência Estudantil;
- elaboração e revisão dos projetos pedagógicos de cursos de acordo com os perfis profissionais desejados e em consonância com os arranjos produtivos locais;
- elevação dos índices de qualidade do ensino/aprendizagem por meio de aulas de nivelamento e monitorias, com especial atenção às unidades curriculares em que os alunos apresentam menor desempenho acadêmico;
- mapeamento das causas que levaram os estudantes a desistirem do curso, com propostas de intervenção para superar ou mitigar as situações geradoras da evasão nos cursos.

Em relação ao segmento docente, às principais causas de evasão e retenção foram indicadas pelos colegiados de curso, como:

- não identificação com o curso;

- problemas de aprendizagem decorrentes da base de ensino;
- problemas de transporte escolar;
- dificuldades financeiras;
- necessidade de cuidar de familiares;
- problemas de saúde;
- pressão social para a inserção imediata no mercado de trabalho;
- excessiva retenção em componentes do currículo.

Já as medidas de intervenção elencadas pelo colegiados de curso são destacadas da seguinte forma:

- divulgação do curso, para que o estudante conheça o que o curso oferece;
- processo seletivo mais específico;
- programas para ajuda financeira a estudantes como: Assistência Estudantil e Bolsas;
- acompanhamento por equipe multidisciplinar formada por assistente social, psicólogos e pedagogos;
- acompanhamento dos estudantes na fase final do curso objetivando a conclusão do estágio curricular obrigatório;
- contato com os estudantes que apresentem faltas consecutivas superior a duas semanas;
- realização de reunião com estudante em situação eminente de desistência do curso para identificação do problema e estabelecimento de estratégias para que não abandone o curso;
- parcerias com as prefeituras para manutenção do transporte segundo o calendário de aulas.

Após o levantamento e a análise de todos esses fatores e sugestões de estratégias para a superação da evasão e da retenção na Instituição, consolidou-se então o Plano Institucional Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes, com compromissos firmados por cada Curso e Campus, prevendo monitoramento e avaliação das metas traçadas e enviadas à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação (MEC).

Na análise do processo de construção do Plano Institucional Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) - 2016, identificou-se que o trabalho coletivo em prol da permanência e êxito dos estudantes tem fortalecido o compromisso institucional com as políticas curriculares para superação da evasão e os direitos de cidadania, materializado nas estratégias e metas firmadas democraticamente no âmbito de cada curso, reforçando a Missão Institucional de

“promover a educação profissional, científica e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, com base no princípio da indissociabilidade das ações de Ensino, Pesquisa e Extensão, comprometida com uma prática cidadã e inclusiva, de modo a contribuir para a formação integral do ser humano e o desenvolvimento sustentável da sociedade”.

Nesse sentido, o desenvolvimento do Plano Institucional Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes do IFPE - 2016 tem contribuído para a superação da evasão, por meio do atendimento aos estudantes com foco em ações que promovam a permanência e conclusão com êxito de cada um deles.

Considerações finais

Como consequência da análise dos dados empíricos, os resultados destacaram três fatores ou categorias motivadoras da evasão: a) fatores individuais; b) fatores internos às instituições; c) fatores externos às instituições.

Ao observar os principais motivos apontados por estudantes, professores e gestores com base nos achados de pesquisa, percebe-se o contexto da evasão na educação profissional e tecnológica e os efeitos das atuais políticas curriculares para superação da evasão, associados às estratégias da política de controle da qualidade social e às estratégias institucionais para superação da evasão.

Conclui-se que a ausência de mecanismos de controle sobre os fatores externos às instituições tem dificultado a garantia da permanência e conclusão com êxito dos estudantes, como reconhecimento dos direitos de cidadania, enquanto qualidade social e política da educação profissional e tecnológica.

Referências

- Ball, S. J. (1994). *Educational reform: a critical and post-structural approach*. Buckingham: Open University Press.
- Bardin, L. (1979). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bauman, Z. (1999). *Modernidade e ambivalência*. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Bowe, R., Ball, S., & Gold, A. (1992). *Reforming education & changing schools: case studies in policy sociology*. London: Routledge.
- Brasil (2015). *Relatório de Avaliação dos Resultados da Gestão*, RA nº 201411556/2014. Recife: CGU-Regional/PE.
- Brasil (2014). *Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica*. Brasília: SETEC/MEC.
- Brasil (2013). Resolução Nº 063, de 01 de outubro de 2013. Aprova o Documento Regulamentador do Programa de Acesso, Permanência e Êxito do IFPE. Recife: Conselho Superior do IFPE – CONSUP/IFPE.
- Brasil (2013). Acórdão Nº 506, de 13 de março de 2013. TC 026.062/2011-9. Brasília: Tribunal de Contas da União - TCU.
- Cury, C. R. J. (2002). Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. *Cadernos de Pesquisa*, 116, 245-262. <https://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742002000200010>
- Detregiach Filho, E. (2012). *A Evasão Escolar na Educação Tecnológica: o embate entre as percepções subjetivas e objetivas*. São Paulo: Cultura Acadêmica. Disponível: http://culturaacademica.com.br/_img/arquivos/A_evasao_escolar_na_educacao_tecnologica-WEB.pdf
- Esteves, M. (2006). Análise de conteúdo. In J. A. Lima & J. A. Pacheco (org.), *Fazer investigação. Contributos para a elaboração de dissertações e teses* (pp. 105-126). Porto: Porto Editora.

- Guimarães, E. R., & Pacheco, J. A. (2012). Projeto Educativo TEIP. Um estudo de caso. *Revista Portuguesa de Investigação Educacional*, 11, 65-88.
- Leite, F. G. M. & Guimarães, E. R. (2015). Evasão na educação profissional no Instituto Federal de Pernambuco: um olhar pedagógico. In *IV Colóquio Internacional sobre Educação Profissional e Evasão Escolar* (pp.134-138). Belo Horizonte: RIMEPES/UFMG, v.1. Disponível em: <http://4coloquiointernacional.weebly.com/>
- Lopes, A. C. (2005). Política de currículo: Recontextualização e Hibridismo. *Currículo sem Fronteiras*, 5 (2), 50-64. Disponível em: www.curriculosemfronteiras.org.
- Mainardes, J. (2006). Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. *Educação & Sociedade*, 27 (94), 47-69.
- Moreira, A. F. (2012). Os princípios norteadores de políticas e decisões curriculares. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - RBPAE*, 28 (1) 180-194. <http://dx.doi.org/10.21573/vol28n12012.36149>
- Neri, M. C. (2009). Motivos da Evasão Escolar. In M. C. Neri (coord.), *O Tempo e permanência na escola e as motivações dos sem-escolas*. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS. Disponível em: <http://www.cps.fgv.br/cps/tpemotivos/>
- Pacheco, J. A. (2000). Políticas curriculares descentralizadas: autonomia ou recentralização? *Educação & Sociedade*, 21 (73), 139-161.
- Rodrigues, D. S. & Sierra, V. M. (2011). Democracia, direitos humanos e cidadania: as "novas políticas de reconhecimento" e os impasses na judicialização da questão social. *Revista Espaço Acadêmico*, 10 (116), 30-38. Disponível em: www.periodicos.uem.br
- Silva, A. M. M. & Tavares, C. (2011). A cidadania ativa e sua relação com a educação em direitos humanos. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - RBPAE*, 27 (1), 13-24. <http://dx.doi.org/10.21573/vol27n12011.19915>.

CURRICULUM POLICIES FOR OVERCOMING EVASION AND THE CITIZENSHIP RIGHTS

ABSTRACT

The article analyzes the curriculum policies for overcoming evasion in relation to the rights of citizenship. With quantitative and qualitative methodology and foundation in the policy cycle (Ball, 1994), held document content analysis, participant observation and application of questionnaires with students, teachers and managers of the Federal Institute of Education, Science and Technology Pernambuco. The results are discussed in the context evasion in vocational and technological education and the effects of current curriculum policies for overcoming avoidance associated with the strategies of the social quality control policy and institutional strategies for overcoming evasion. It was concluded that the absence of control mechanisms of external factors to the institutions has hampered the guarantee of permanence and completion of students successful in recognition of citizenship rights, while social and political quality of vocational and technological education.

Keywords: curriculum policies, evasion, citizenship rights.